

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Deputados saem em defesa do Código Ambiental de SC

Presidente da Assembleia vai apresentar legislação em Brasília aos presidentes da Câmara, Senado e STF

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), irá cumprir uma agenda de audiências em Brasília na próxima semana. Ele vai levar o Código Ambiental de Santa Catarina, sancionado pelo governador Luiz Henrique da Silveira no último dia 13, para os presidentes da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB/SP); do Senado, José Sarney (PMDB/AC); e do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes. "Temos um código inteligente para apresentar ao Congresso Nacional", afirma o presidente.

No plenário, os deputados condenaram as declarações do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que, alegando inconstitucionalidade da lei, ameaçou usar força policial para impedir a aplicação da legislação aprovada pelos deputados catarinenses.



Página 6 Governador Luiz Henrique sanciona, em Campos Novos, código aprovado pelos deputados, que é alvo de críticas do ministro do Meio Ambiente

Aval a projeto que incrementa a receita



Comissão de Finanças aprova projeto que extingue cargos **Páginas 4 e 5**

Homenagem a peemedebistas

O Parlamento concedeu, dia 15, título de cidadão catarinense a três peemedebistas: o ex-governador e atual diretor de operações do BRDE, Casildo Maldaner; o senador Neuto De Conto; e o atual secretário de Estado da Infraestrutura, deputado federal licenciado Mauro Mariani. A homenagem foi requerida pelo deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) e prestigiada pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), que parabenizou os homenageados, afirmando que "todos são catarinenses de coração".



Página 3 Mariani, Casildo, Peninha e Neuto De Conto com presidente Jorginho Mello

OPINIÃO

O necessário marco legal sobre o uso da água

Falta de água, saneamento básico, abastecimento e o reconhecimento desse líquido vital como um bem de todos estiveram em pauta recente, em Istambul, na Turquia, do Fórum Mundial do Meio Ambiente. Já no início de abril, a Assembleia Legislativa sediou o seminário "O futuro da Água em Santa Catarina - Gestão Integrada dos Recursos Hídricos".

Recebemos especialistas brasileiros e espanhóis para debater questões sobre o uso sustentável e o caráter estratégico das reservas subterrâneas. Tema esse que ainda dá seus primeiros passos, mas tende a ser promissor se imediatamente reconhecermos como prioritário o desenvolvimento de estratégias para a melhoria da gestão da água, em favor da sustentabilidade da qualidade de vida do homem, em detrimento ao aumento do consumo.

O seminário evidenciou a ne-

cessidade de se trabalhar o equilíbrio entre o uso e a preservação, ampliar conhecimentos hidrogeológicos e construir um marco legal da gestão das águas subterrâneas, formulando políticas públicas e desenvolvendo atividades educativas. Precisamos conhecer e utilizar a água com sustentabilidade, tanto superficial quanto a subterrânea, e trabalhar na infraestrutura e no aperfeiçoamento do manejo da água e do solo.

A humanidade vive uma revolução silenciosa, com a mudança da matriz hídrica. No Brasil, entre 30% e 40% da população hoje depende das águas subterrâneas, que representam aproximadamente 30% dos fluxos de base dos rios. Ao mesmo tempo, acidentes climáticos apontam para imensos problemas e colocam em xeque o modelo econômico e de consumo contemporâneo. Até o final deste século, 50% da população

mundial enfrentará a falta de alimentos em função de mudanças climáticas que tendem a reduzir a umidade do solo, enfraquecendo a produção agrícola. Por isso, a prioridade de consumo ditada pelos padrões atuais já está sendo questionada, passando a se exigir dos estados uma regulação mais efetiva e eficiente. A sustentabilidade para a qualidade de vida do homem deve visar ao gozo de todas as potencialidades colocadas diretamente à sua disposição pela natureza.

A gestão eficiente de recursos hídricos, além disso, pode aumentar nossa capacidade de dar respostas mesmo ao que não se pode impedir: as perdas na agricultura causadas por estiagens intensas e suprir abastecimento de água nos desastres naturais.

Deputado Edison Andrino (PMDB)

Código ambiental: quem preserva ficou para depois

Os deputados da Bancada do Partido dos Trabalhadores atuaram de forma incisiva para que o projeto que cria o código ambiental fosse de fato uma proposta responsável, séria e que permitisse o equilíbrio entre produção e preservação ambiental nas pequenas propriedades rurais de Santa Catarina. E para que a proposta garantisse o pagamento aos agricultores familiares pelos serviços ambientais que prestam à sociedade. Infelizmente, vimos a luta do agricultor familiar também ser usada para outros interesses. A garantia de renda ao produtor familiar que preserva foi relegada a segundo plano.

Durante todo o processo de tramitação da matéria na Assembleia, o PT atuou para melhorar e adequar a proposta enviada pelo governo. Abrimos um diálogo com a sociedade e apresentamos emendas que foram fruto desse debate.

Das 220 emendas apresentadas ao texto, 145 foram apresentadas

por nossa bancada. Garantimos assim vários avanços. Nossas emendas possibilitaram, por exemplo, a gratuidades de licenças ambientais e da averbação da reserva legal para o agricultor familiar; a adoção de dispositivo prevendo o uso econômico sustentável das áreas de preservação permanente – APPs; a inclusão do uso de APP da mata ciliar para compor reserva legal na propriedade rural, e a manutenção das áreas já consolidadas.

Porém, questões-chaves não foram incluídas. Nossa bancada lutou para criar um código ambiental que garantisse a sustentabilidade da agricultura familiar e beneficiasse em especial as propriedades de até quatro módulos fiscais já consolidadas. Lutamos no sentido de que a flexibilização na legislação ambiental, em especial nas áreas de preservação permanente, fosse feita com responsabilidade, mediante estudos técnicos. E, principalmente, para que o governo recompensasse

o agricultor que preserva o meio ambiente.

Propusemos um programa completo de pagamento por serviços ambientais. Disso ficou apenas o conceito, a regulamentação foi deixada a cargo do governo do Estado. Não temos garantia alguma de que o governo vá de fato encaminhar essa proposta e não nos faltam exemplos para duvidar do cumprimento de mais essa promessa. Exemplos não faltam para nos deixar preocupados. É o caso do Seguro Agrícola Estadual, aprovado na lei nº 8.676/1992. Passados 16 anos, os agricultores familiares continuam esperando, pois nunca foi regulamentado. Mas não deixaremos que a compensação ambiental ao agricultor familiar caia no esquecimento e cobraremos sistematicamente a sua implantação.

Deputado Dirceu Dresch (PT)



Presidente Jorginho Mello recebe Padre Vilson Groh e comitiva no gabinete

Assembleia apoia 4ª Benefest

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), recebeu em seu gabinete, dia 16, o Padre Vilson Groh e comitiva. O objetivo da visita foi convidar o Parlamento catarinense para participar e apoiar a 4ª Benefest – a festa que faz bem, a ser lançada dia 5, na Associação Comercial e Industrial de Florianópolis – ACIF.

Segundo o presidente da Casa, é notório o trabalho social de Padre Vilson, motivo pelo qual garante o apoio da Assembleia na festa. "O Poder Legislativo

sempre participou de atividades e eventos de responsabilidade social. Os movimentos do Padre Vilson são exemplos a todos nós. É uma obrigação moral que cada um faça algo a mais para construir um mundo melhor", afirma. Criada para arrecadar recursos para os projetos sociais comandados pelo padre, a Benefest é realizada por voluntários. "Tudo que for arrecadado entra no caixa do Cedep (Centro de Educação e Evangelização Popular) como apoio às parcerias que já temos", explica Padre Vilson.

Cedep – Oficina do Saber

O Cedep é uma instituição de educação popular que atende 300 crianças e adolescentes carentes, entre seis e 15 anos, e funciona no período oposto à atividade escolar.

Entre as diversas atividades que proporciona, estão o acesso aos jogos, às brincan-

deiras infantis, às estruturas e espaços diferentes e o acesso à produção cultural: teatro, cinema, dança, etc. "O objetivo é gerar uma alternativa para a vida que essas crianças estão acostumadas a levar", afirma o idealizador do projeto, Padre Vilson Groh.

[AGENDA]

• **Dia 24, 9h30min** - Comissão de Agricultura - Audiência pública "Anistia das dívidas dos agricultores familiares de Santa Catarina"
Local: Centro Esportivo e Recreativo - CER Auriverde - Cunha Porã

Mesa



Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: Ada De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Eduardo Guedes de Oliveira



Ex-governador Paulo Afonso, deputado Jailson, secretário Mariani, ex-governador Maldaner, deputado Peninha, senador De Conto, presidente Jorginho Mello e deputados Genésio e Natal

Parlamento concede título de cidadão catarinense a peemedebistas

Ex-governador Casildo Maldaner, atual diretor de Operações do BRDE; senador Neuto De Conto e deputado federal Mauro Mariani, atual secretário de Infraestrutura, recebem homenagem no Plenário Osni Régis

Graziela May Pereira

Mais de 200 pessoas participaram da sessão solene de concessão de título de Cidadão Catarinense a três ex-deputados estaduais pelo PMDB: o atual diretor de Operações do BRDE, Casildo Maldaner, o senador Neuto De Conto e o deputado federal Mauro Mariani, que hoje responde pela Secretaria de Estado da Infraestrutura.

A homenagem foi requerida pelo deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) e realizada dia 15, no Plenário Osni Régis, da Assembleia Legislativa. O presidente do Parlamento catarinense, deputado

Jorginho Mello (PSDB), parabenizou os homenageados citando suas origens e afirmando que todos são "catarinenses de coração".

Segundo Peninha, a escolha do dia 15 para a homenagem foi mera coincidência. "São irmãos de luta que foram adotados por nossa gente e retribuíram à altura a boa acolhida. São homens que fizeram história na nossa democracia. Neuto, Casildo e Mariani, homens que, por opção, glorificam nossas cores e enobrecem nosso nome. São verdadeiros cidadãos catarinenses", disse.

O parlamentar ainda fez um breve histórico de cada homena-

geado. Em nome da bancada do PMDB, o deputado Manoel Mota falou da alegria de homenagear nomes tão fortes da política catarinense. "São homens de história em Santa Catarina. Estou orgulhoso por fazer parte disso", falou Mota.

O deputado Jailson Lima (PT) também afirmou estar honrado por falar sobre três "estrelas" da política catarinense.

"Em determinados momentos temos que deixar as bandeiras políticas de lado porque aparecem figuras como essas. Eles representam o desbravamento desse estado e a força que ele ostenta", afirmou o deputado.

Agradecimentos pelo destaque

O primeiro homenageado, Casildo Maldaner, nasceu no Rio Grande do Sul, mas foi em Santa Catarina que escreveu sua história política. "Não é uma tarefa fácil expressar em palavras o que estou sentindo agora, depois de 47 anos de vida pública. A minha trajetória é a mesma de pessoas que adotaram Santa Catarina como sua casa", disse.

O secretário Mauro Mariani, que nasceu no Paraná, foi o segundo a receber a honraria. "Reitero meu amor por essa terra

que me acolheu. Essa mistura de brasileiros é a força que molda esse estado guerreiro, que não desiste nunca. E eu me sinto um catarinense", disse agradecido.

O último homenageado foi Neuto De Conto, também gaúcho. "Conheço cada estrada, cada buraco, cada ponte deste estado. Por isso trago na minha memória aquela pujança do meu Oeste. Obrigado por me aceitarem. Obrigado por me acolherem. Sou catarinense de coração", destacou.

Casildo Maldaner

Senador entre 1995 e 2003, Maldaner foi vereador, deputado estadual por dois mandatos, deputado federal, vice-governador e governador. Atualmente ocupa a diretoria de Operações do Banco Regional do Extremo Sul (BRDE), cargo que ocupa desde a eleição do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), em 2006. Foi deputado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 8ª legislatura (1975 - 1978) e na 9ª legislatura (1979-1982).



Casildo: dois mandatos na Casa

Mauro Mariani

Eleito por duas vezes prefeito de Rio Negrinho, Mauro Mariani foi deputado estadual (2003 - 2006) e deputado federal (2007 - 2010). Licenciou-se do mandato de deputado federal para assumir o cargo de secretário de Estado da Infraestrutura, de março de 2007 a junho de 2008.

Exerceu a presidência da Executiva do PMDB de Rio Negrinho e a secretaria geral da Executiva estadual do partido em Florianópolis.



Mariani: estadual de 2003 a 2006

Neuto De Conto

Foi vereador por duas vezes pelo MDB em São Miguel D'Oeste, deputado estadual pelo PMDB de 1984 a 1990, deputado federal constituinte de 1991 a 1994 e revisor da Constituição (1995-1999). Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e membro da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, De Conto foi fundador da Associação dos Vereadores do Extremo Oeste de Santa Catarina (Aveosc), em 1974.



Neuto: estadual de 1984 a 1990

GERAL

Finanças dá sinal verde a projeto que incrementa receita do estado

Comissão aprova matéria que extingue 453 cargos de analistas da Fazenda e integra pacote de medidas encaminhadas pelo Executivo ao Legislativo; Plenário autoriza PLC que trata da carreira de auditor fiscal

A Comissão de Finanças deu sinal verde, dia 15, para o projeto que cria mecanismos para incrementar a receita estadual. Trata-se do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 4/09, que extingue 453 cargos de analistas da Receita estadual, na Secretaria de Estado da Fazenda, que foi aprovado por maioria e integra um conjunto de medidas encaminhadas pelo Executivo à Assembleia Legislativa.

Presidente da comissão e relator da matéria, o deputado Marcos Vieira (PSDB) apresentou seu parecer favorável com a inclusão de duas emendas, propostas pelo governo estadual. Uma delas, a aditiva, visa possibilitar o cumprimento da paridade da remuneração entre ativos, inativos e pensionistas de analistas da Receita estadual, isto é, estende o benefício previsto aos inativos.

Já a emenda modificativa esclarece como será efetuada a revisão anual da retribuição pelo esforço de cobrança de crédito inadimplente. Com a mudança, na revisão do valor da retribuição

será mantido o quantitativo de servidores previstos e o valor da vantagem não poderá ultrapassar o dobro da média dos valores pagos nos exercícios anteriores. Nesse ponto, a gratificação por produtividade segue o comportamento anual da receita do Estado. "Se aumenta a arrecadação, aumenta o benefício. Se ela diminui, também diminui a gratificação", disse o relator. Marcos Vieira fez questão de ressaltar que o projeto é claro e não deixa dúvida. "A gratificação é calculada em cima daquilo que foi fiscalizado e está entrando em dívida ativa."

Plenário

No mesmo dia à tarde, o Plenário aprovou o Projeto de Lei Complementar nº. 06/09, de autoria também do governador do Estado, que trata da carreira de auditor fiscal da Receita Estadual, extingue cargos e institui mecanismo de acordo de resultados.

Preocupado com o fato de a proposta "conceder privilégio



Membros da Comissão autorizam projeto, do Executivo, com duas emendas, uma aditiva e uma modificativa

apenas a uma categoria do funcionalismo público estadual", o deputado Pedro Uczai (PT) subiu à tribuna para destacar o que identificou como um vício de origem. "Deveríamos apresentar um projeto que adotasse posição

igual para todas as categorias do serviço público e não apenas para os fiscais. Caso contrário, cada um dos setores vai encaminhar um projeto com demandas semelhantes". Uczai salientou que é a favor do prêmio por produtividade, mas

se disse contrário a igualar o teto dos fiscais, hoje o mesmo do governador, ao dos desembargadores. Em contrapartida, o deputado Darci de Matos (DEM) destacou que o PLC vai ajudar a recuperar a arrecadação estadual.

Educação autoriza regras para adoção de livros didáticos em escolas

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto aprovou, dia 14, em reunião sob a presidência do deputado Pedro Uczai (PT), o Projeto de Lei nº. 35/2008, de autoria da deputada Ana Paula Lima (PT), que trata das regras para adoção de livros didáticos, apostilas e/ou similares nas escolas particulares de Educação Básica no estado. Tendo como relator o deputado Professor Sérgio Grandó (PPS), que manifestou voto favorável, o projeto ganhou também apoio dos demais participantes da Comissão.

Na reunião, foram analisados 10 projetos de lei. Cinco foram aprovados pela comissão e seguem agora para Plenário. Também teve parecer favorável o PL nº. 20/2009, do deputado Jailson Lima (PT), que declara de utilidade pública a Federação Catarinense de Atletismo (FCA), com sede em Florianópolis.

Já sob a relatoria do deputado Serafim Venzon (PSDB) tiveram parecer favorável as seguintes ma-

térias: PL nº. 324/2008, iniciativa do deputado Pedro Baldissera (PT) que inclui na merenda escolar dos alunos da rede estadual de ensino o suco de uva produzido em Santa Catarina; o PL nº 78/2007, do deputado Gelson Merisio (DEM), que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural de Santa Catarina a Banda de Música do 2º Batalhão da Polícia Militar; e o PL nº. 66/2009, do deputado Darci de Matos (DEM), que declara integrante do patrimônio histórico a Festa das Flores, em Joinville.

Dois projetos tiveram como encaminhamento diligências na Secretaria de Estado da Educação: o PL nº 382/2007, da deputada Professora Odete de Jesus (PRB), que proíbe a utilização de Organismos Geneticamente Modificados - OGM (transgênicos) na merenda escolar das escolas da rede pública; e o PL nº. 338/2007, do deputado Darci de Matos, que trata da apresentação de carteira de identidade para realiza-



Uczai comanda reunião da comissão

Trabalho adia relatório sobre gratificação do TJ

O presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, deputado Manoel Mota (PMDB), adiou para o dia 28 a apresentação do seu parecer ao Projeto de Lei 66/08, do Tribunal de Justiça, que trata da gratificação aos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

A matéria prevê o benefício ao servidor que tiver exercido ou vai exercer cargo em comissão ou função de confiança do Poder Judiciário, mesmo em substituição. Pelo projeto, o servidor terá adicionado ao vencimento do cargo efetivo como vantagem pessoal nominalmente identificável o valor equivalente à diferença entre o vencimento do cargo efetivo e o do cargo comissionado, ou o valor da função de confiança. Manoel Mota antecipou que votará favorável ao projeto.

Na mesma reunião, os mem-

bros da comissão aprovaram a mudança de data da audiência pública solicitada pela bancada do PT para discutir conflitos na Fundação Casan (Fucas), sindicato da categoria e a estatal. O encontro, que seria realizado no dia 22, foi transferido para o dia 29 às 9 horas, na Assembleia Legislativa.



Mota: voto será favorável



Deputados alertam para necessidade de buscar seriedade das propostas

CCJ redobra cuidado para que propostas não sejam inviabilizadas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) encaminhou sete projetos, em tramitação na Casa, para diligências. A decisão tomada na reunião do dia 14 foi justificada como um cuidado para que iniciativas parlamentares não incorram em situações que acabem inviabilizando as propostas.

O deputado Pedro Uczai (PT) esclareceu que as proposições, mesmo sendo de parlamentares, tratam de políticas públicas de Estado em áreas como educação, saúde, direito do consumidor, segurança pública, entre outras.

A preocupação se estende à falta de projeção do impacto financeiro, para que não haja sobreposição de função quanto ao que pretende o projeto e as atribuições já exercidas por órgãos do poder público. "Queremos

buscar a seriedade das propostas e não elaborar 'leis somente para criar um fato'", observou.

O deputado Marcos Vieira (PSDB), vice-presidente da CCJ, conduziu a reunião e explicou que muitas vezes existe a necessidade de correção do processo legislativo e, em outras, pelo fato das propostas serem de caráter autorizativo.

"O parlamentar está praticamente tolhido de iniciativa, mas é sensível às demandas da sociedade e apresenta os projetos buscando aprová-los ou provocar a iniciativa do Executivo", disse. "É neste contexto que os parlamentares encaminham muitas das matérias analisadas para manifestação dos órgãos diretamente envolvidos com o assunto."



Além da digitalização de exemplares, renovação de livros, a biblioteca vai mudar do quarto andar para o térreo

Biblioteca da Assembleia será modernizada

A Biblioteca da Assembleia Legislativa será modernizada nos próximos meses. Além de oferecer suporte para pesquisas aos usuários através de computadores com acesso à internet e à intranet, os serviços de empréstimo e devolução também serão informatizados. Entre as mudanças, estão digitalização de alguns exemplares do acervo (segundo legislação), a renovação de livros e o auxílio da Coordenadoria do setor aos usuários.

Para o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), a mudança é essencial e vai aproximar a sociedade da Casa do Povo. "O objetivo da reforma na biblioteca

do Parlamento é facilitar o acesso não só dos funcionários, mas de toda população que precise utilizá-la. Por isso, estamos investindo também na modernização, na preservação do acervo histórico e na recuperação de materiais históricos, entre outras adequações", explica.

O ponto fundamental da reforma é a transferência do setor do quarto andar para o térreo. "A biblioteca vai para a área principal do Poder, que é o hall", comenta a coordenadora da Biblioteca, Débora Borges.

Além da mudança física, a biblioteca ganhou um novo Regulamento Interno, elaborado pela coordenadoria do setor, numa parceria com a Consultoria

Legislativa, aprovado em plenário, no último dia 15. "O novo regulamento vai mudar, principalmente, o que vem sendo hoje as renovações, os empréstimos e devoluções, garantir a segurança do acervo, definir tempo de empréstimo, entre outras atribuições. Funções que até então só existiam de boca", esclarece a coordenadora.

O acervo atual conta com obras técnicas, de referência, literárias e periódicos. As técnicas com edição mais antiga serão distribuídas nas áreas afins, como a Consultoria Legislativa e a Procuradoria. A nova biblioteca será concluída junto às obras de integração do hall de entrada do Parlamento.

Ato marca Dia Mundial da Saúde

Um ato público marcou a passagem do Dia Mundial da Saúde, comemorado anualmente em 7 de abril. Na sessão ordinária, representantes de associações de portadores de patologias e movimentos sociais da área foram à tribuna para fazer algumas reivindicações. Entre elas, o apoio do Parlamento para a aprovação urgente do Protocolo Nacional da Doença Celíaca, a convocação da IV Conferência Estadual de Saúde Mental e, ainda, a análise e o acompanhamento, junto à administração estadual e entidades civis, da lei federal da reforma psiquiátrica.

As entidades também solicitaram o reconhecimento das organizações que dão assistência a seus associados e que sobrevivem com poucos recursos. Pediram a implementação dos Centros de Referência para o atendimento interdisciplinar de portadores de doenças neurológicas e crônicas degenerativas, bem como a cons-

trução de um "Centro Dia", que permita atendimento integral a quem não tenha estrutura familiar para o cuidado em domicílio. Eles também querem políticas sociais e de saúde voltadas às crianças e aos adolescentes com dependência química.

Os manifestantes defenderam que o Estado quantifique e qualifique serviços de urgência e emergência em saúde mental e atenção psicossocial. Ainda cobraram o cumprimento da lei que obriga o uso de alimentação especial, na merenda escolar, para crianças portadoras de diabetes mellitus e aos celíacos, em todas as escolas da rede pública estadual.

A presidente da Associação dos Celíacos de Santa Catarina (Acelbra/SC), Eliana Viana de Oliveira Rocha, disse que o espaço disponibilizado pela Assembleia revelou as necessidades das pessoas com problemas graves de saúde, que buscam nas asso-

ciações a força para enfrentar a doença. "Queremos estabelecer contatos produtivos para organizar uma rede de comunicação em prol da melhoria da assistência à saúde de grupos com necessidades específicas."

Ortopedista, o deputado Antônio Aguiar (PMDB) aproveitou a data para comentar o avanço nos transplantes. Ele lembrou que Santa Catarina tem um cadastro de doadores com índices que o Ministério da Saúde projeta para o país apenas para 2015 e supera também índices de países desenvolvidos.

Aguiar acredita que o estado atingiu esse patamar graças aos profissionais da saúde. "Equipes como a do Núcleo de Transplantes de Fígado do Hospital Santa Isabel, de Blumenau, realizaram 91 transplantes, quase o mesmo número do Hospital Albert Einstein, de São Paulo, com 95 cirurgias", ressaltou.

Deputados condenam ameaça de ministro

Críticas de Minc ao Código Ambiental repercutem em plenário; Jorginho Mello vai a Brasília defender legislação

Na defesa do Código Ambiental de Santa Catarina, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), está programando audiências para os próximos dias, em Brasília. Acompanhado de representantes das bancadas com assento na Casa e da bancada federal, Jorginho Mello vai levar o código aprovado pelos deputados catarinenses aos presidentes da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB/SP); do Senado, José Sarney (PMDB/AC) e do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes.

Nas audiências, o presidente irá reafirmar que o código catarinense deve servir de modelo ao país, por obedecer às peculiaridades regionais, defendendo a autonomia dos estados para legislar sobre meio ambiente. "Temos um código inteligente para apresentar ao Congresso Nacional", afirmou o presidente.

Em plenário, deputados de todas as bancadas repercutiram durante a semana as declarações contrárias ao código feitas pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. O ministro determinou ao Ibama que despreze a lei estadual e anunciou que irá recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra as regras aprovadas pelo Parlamento

catarinense. O ministro ameaçou mandar prender quem descumprir a legislação federal.

Entre os pronunciamentos, esteve o do deputado Lício Mauro da Silveira (PP), que se disse surpreso com as afirmações e teceu algumas comparações com outras figuras históricas que tomaram posição autoritária em relação ao estado. Lício também destacou que o projeto foi bastante debatido pelo Legislativo e foi aprimorado em relação à proposta originada no Executivo.

Na mesma direção, o deputado Moacir Sopelsa (PMDB) lembrou que o código só não foi aprovado por unanimidade por conta de alguns poucos itens e mostrou-se ofendido com Minc: "O ministro pode fiscalizar e exigir que a lei seja cumprida, mas não pode mandar prender. Este tempo já passou, e graças à luta que o PMDB travou pela democracia neste país."

Enfatizando a natureza obsoleta do Código Florestal Brasileiro (CFB), instituído em 1965, o deputado Ismael dos Santos (DEM) lembrou que o código, na forma de medida provisória, não teve ampla discussão no Congresso Nacional. Isso, segundo ele, resultou em discordâncias evidentes devido às inúmeras diferenças regionais existentes no país.



Observado pelo vice e por Jorginho Mello, governador sanciona código, em cerimônia em Campos Novos

Oposição crítica a cerimônia em Campos Novos

Deputado que votou favoravelmente ao projeto, Reno Caramori (PP) também criticou a postura do ministro, mas reservou a maior parte de sua contrariedade para o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). "Toda provocação resulta em uma reação e todo exibido paga um preço. A pompa com que o governador resolveu sancionar o Código Ambiental de Santa Catarina, com uma cerimônia em Campos Novos, foi uma provocação ao Ministério Público,

à Procuradoria da República, aos ambientalistas e à lei federal que rege o meio ambiente", afirmou o parlamentar.

O pronunciamento de Caramori teve eco nas palavras do deputado Pedro Uczai (PT), que também considerou uma provocação a forma como foi sancionada a nova lei. O petista rotulou como "exemplo de desobediência civil" e "intransigência" a aprovação de artigos "claramente inconstitucionais". Para Uczai, "agora querem eleger um

inimigo (Minc) para justificar o que já se sabia, a inconstitucionalidade de alguns artigos do código".

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que integra a base do governo, considerou a postura do ministro em ameaçar a população catarinense um desrespeito ao estado e ao Poder Legislativo e, por isso, mereceu resposta do governador Luiz Henrique. "Cada região deve ter regras ambientais próprias, de acordo com suas peculiaridades."

Produtores rurais acompanham sanção

Três mil produtores e empresários rurais, parlamentares e autoridades federais e estaduais acompanharam, dia 13, a sanção pelo governador Luiz Henrique da Silveira do primeiro Código Ambiental de Santa Catarina. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), que havia solicitado ao Executivo celeridade na sanção da matéria, também participou do ato, realizado no CTG Galpão Crioulo, em Campos Novos.

Aprovado pelo Poder Legislativo no último dia 13, o código é considerado como uma medida de salvação para o setor agrícola e a economia catarinense. Segundo o governador Luiz Henrique da Silveira, a nova lei tem como princípio manter o agricultor em sua atividade, fazendo de sua terra um campo de produção e de preservação.

"Acredito que a nova legislação catarinense servirá de exemplo para os demais estados, uma vez que cada território possui características diferentes que precisam ser trabalhadas

de acordo com suas necessidades. Julgo importante nossa conquista e espero que o Congresso Nacional veja a legislação catarinense como modelo para que outros estados possam lidar com o meio ambiente visando a preservação, mas também a produção", frisou Luiz Henrique.

Entre as autoridades do agronegócio presentes na cerimônia, a presidente da Confederação

Nacional da Agricultura, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), revelou que a entidade apoia Santa Catarina. "Vamos buscar realizar o mesmo avanço nos demais estados do Brasil, visando preservar o meio ambiente e garantir a produção de forma equilibrada, uma vez que cada território apresenta peculiaridades", comentou.

Representantes de entidades ligadas diretamente ao setor

agrícola, como a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), a Federação da Agricultura e Pecuária (Faesc), a Federação das Cooperativas Agropecuárias (Fecoagro) e a Federação dos Trabalhadores (Fetaesc), foram unânimes em apontar as novas regras ambientais como condição de sobrevivência para a agricultura e a cadeia do agronegócio em Santa Catarina.



Cerca de três mil pessoas acompanham ato do Executivo no CTG Galpão Crioulo, em Campos Novos

Relator Titon recebe homenagem pelo trabalho

O deputado Romildo Titon (PMDB), relator do Código Ambiental na Assembleia, foi homenageado pela forma como conduziu o processo até a aprovação do novo conjunto de regras ambientais. Ele agradeceu a decisão conjunta do Executivo e do Legislativo de realizar a sanção da matéria em sua cidade natal.

Representante de Campos Novos no Parlamento, Titon ressaltou que o estado tem muito a ganhar com a nova legislação, uma vez que o código foi aprovado sem vetos. "Agora só falta o Congresso fazer mudanças na legislação federal para que o país possa continuar produzindo com preservação."

Na cerimônia, o primeiro secretário da Casa, deputado Moacir Sopelsa (PMDB), lembrou que o código é um dos mais importantes projetos aprovados pela Assembleia nos últimos anos.

PLENÁRIO

CPI vai apurar demarcações do Projeto Ambiental Guarany

Deputados reúnem 20 assinaturas favorável à investigação e encaminham pedido à presidência

Eduardo Guedes de Oliveira

Com o apoio de 20 parlamentares foi encaminhado, dia 15, à presidência da Assembleia Legislativa, requerimento pedindo a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a situação das demarcações do Projeto Ambiental Guarany.

O pedido é de autoria dos deputados Nilson Gonçalves (PSDB), Darci de Matos (DEM) e Kennedy Nunes (PP). Os parlamentares fundamentam o pedido no fato de que, desde o início das obras de duplicação da BR-101, no trecho Norte do estado, em 1996, a Funai encomendou um relatório que identificasse possíveis aldeias e comunidades indígenas no litoral catarinense. Na época, foi constatada a falta de ocupação indígena.

Segundo Nilson, em 2003

um novo grupo foi formado pelo órgão e desta vez foi constatada a ocupação. "Não queremos nos contrapor a essa cultura tão rica, mas temos muitas questões para serem esclarecidas, como a manipulação de dados nos relatórios e a importação de indígenas de outros países. Não queremos prejudicar o desenvolvimento da região", disse.

De acordo com a proposta da Funai, serão demarcados cerca de 9,5 mil hectares para abrigar a população atual, formada por cerca de 300 famílias indígenas. "A CPI visa preservar a ordem constitucional e institucional da nossa região. Trabalhar o tema vai prevenir conflitos e consequências imprevisíveis ao desenvolvimento sustentável na área. Há muitos agricultores no local",



Deputados Nilson e Darci, além de Kennedy Nunes, autores da proposta

analisou Nilson.

O requerimento visa rever essa situação, uma vez que, com a demarcação apresentada às obras de infraestrutura, obras como a duplicação da BR-280, o contorno ferroviário de Joinville-São Francis-

co do Sul e a ampliação da capacidade do Porto de São Francisco do Sul serão prejudicadas. A CPI terá 120 dias para trabalhar a questão, prorrogáveis por mais 60 dias segundo o artigo 41 do regimento interno da Casa.

Servidores da Capital se manifestam

A greve dos servidores municipais de Florianópolis repercutiu dia 14 em plenário. Paralisados desde o dia 3 de abril, representantes dos servidores estiveram na Assembleia e ocuparam a tribuna para manifestar suas reivindicações e protestar contra o tratamento que vêm recebendo por parte da prefeitura e da Polícia Militar.

O diretor de Comunicação do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Municipal (Sintrasm), Charles Pires, justificou a greve com base em acordo coletivo assinado pelo prefeito Dário Berger (PMDB) antes das eleições que o reconduziram ao cargo. "Naquele momento foi definido que a re-

posição das perdas salariais em virtude da inflação no período aconteceria em dezembro de 2008", lembrou o diretor.

O descumprimento do acordo e a insatisfação da categoria com a aprovação da reforma administrativa, que alterou a gestão do fundo previdenciário municipal, geraram descontentamento entre os servidores.

Os deputados Dirceu Dresch e Pedro Uczai (PT), Joares Ponticelli (PP) e Sargento Amauri Soares (PDT) manifestaram total apoio ao movimento dos servidores da Capital e demonstraram preocupação com as denúncias do Sintrasm de que está havendo perseguição por parte da Polícia

Militar.

Para Soares, "as denúncias de truculência devem ser investigadas, já que a PM não deve ser utilizada para reprimir movimentos sindicais ou sociais, o que compromete sua imparcialidade. O comando da PM deveria combater a criminalidade e não os movimentos sociais".

Os deputados Edison Andrino e Manoel Mota (PMDB), Professor Sérgio Grando (PPS) e Cesar Souza Júnior (DEM) foram unânimes em sugerir que o diálogo é a melhor ferramenta para acabar com este impasse entre prefeitura e servidores. Todos defenderam o direito de mobilização, reivindicação e manifestação da categoria.

Vaga do TCE na reta final

A Comissão Especial que analisa as inscrições dos candidatos à vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) receberá, dia 22, o relatório conclusivo do deputado Elizeu Mattos (PMDB).

Após a publicação do relatório, o plenário terá 48 horas para realizar a votação do candidato à vaga. A escolha será em turno único e pelo voto secreto da maioria relativa. Concluída a votação, o presidente proclamará o resultado e a Mesa fará o anúncio. Foram recebidas 18 inscrições. Uma foi indeferida por se tratar de candidato com idade inferior a 35 anos. "Outros dois candidatos não apresentaram a documentação necessária", afirmou o relator.



Elizeu: relator da escolha

No dia 16 a comissão fez a sabinata dos candidatos. Compareceram à reunião 14 dos 15 postulantes aptos à vaga. Cada um teve três minutos para explicar sobre o que o torna merecedor da posição.

Deba quer obra em porto

O deputado Adherbal Deba Cabral (PMDB) manifestou, dia 16, preocupação com as obras de recuperação e de construção de um corredor portuário, partindo da BR-101 até os portos de Itajaí e Navegantes.

Deba alertou para o risco de assoreamento e consequente redução do calado do Porto de Itajaí, recuperado para atingir os 11 metros de profundidade anteriores às enchentes.

A obra deverá ser concluída neste dia 17 e não há definição quanto à continuidade da dragagem no restante do ano. A medida é necessária para evitar o assoreamento resultante do acúmulo de



Deba: logística atrasada

detritos trazidos pelo mar.

Deba Cabral cobrou também a logística para os portos de Itajaí e Navegantes com a construção de corredores portuários.

Dreveck cobra incentivo à reciclagem

O índice de 17% de ICMS aplicado em Santa Catarina e a falta de uma política clara de incentivo para o segmento de reciclagem podem comprometer a atividade no estado. A preocupação foi manifestada, dia 16, pelo deputado Silvio Dreveck (PP), que defendeu a redução da alíquota para empresas da área.

A ameaça, apontou, também se estende aos catadores de materiais recicláveis bem como ao risco de consequências ambientais, já que rios, córregos, praias e riachos muitas vezes recebem o lixo que não é coletado corretamente. Em seu pronunciamento, Dreveck enfatizou a necessidade



Dreveck: redução de alíquota

de políticas específicas para que essa cadeia produtiva enfrente e reaja aos problemas que o ICMS elevado impõe.

Também na mesma linha de

raciocínio, o deputado José Natal Pereira (PSDB) abordou as dificuldades das empresas catarinenses que reaproveitam o lixo. Falando especialmente das de São José, o tucano destacou aquelas que trabalham com garrafas PET.

Segundo ele, é preciso entregar o material reciclado nas condições exigidas pelo mercado. Com isso, o gasto com energia elétrica e com a água utilizada para limpar os materiais compromete o lucro estimado pelo peso que o ICMS de 17% representa. A exemplo de outros parlamentares, Natal fez um apelo ao Executivo para que encaminhe um projeto de lei à Assembleia para reduzir o ICMS.

Publicidade imobiliária

Aprovada emenda substitutiva global de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP) ao Projeto de Lei nº. 403/08, de autoria do deputado Décio Góes (PT). A emenda determina que, das peças publicitárias de lançamento imobiliário no Estado veiculadas por órgãos de comunicação deverão constar, obrigatoriamente, o nome do autor do projeto arquitetônico e/ou urbanístico. A proposição estabelece ainda que o empreendedor responsável pela veiculação da publicidade que não cumprir o disposto será inicialmente notificado pelo órgão responsável pela sua fiscalização para que faça a retificação nas peças.

INSTITUCIONAL

Integração Sul-Americana na Capital

Encontro que será realizado de 7 a 9 de maio vai tratar de assuntos da saúde, questões aduaneiras e legislação de trânsito

Evelise Nunes

Promovido pela União de Parlamentares Sul-Americanos e do Mercosul – UPM (Bloco Brasileiro) e Assembleia Legislativa de Santa Catarina, foi lançado oficialmente, dia 15, na Assembleia Legislativa, o Encontro da Integração Sul-Americana na Saúde, nas Questões Aduaneiras e na Legislação de Trânsito. Da reunião, que será realizada de 7 a 9 de maio, no CentroSul, em Florianópolis, resultará a Carta de Florianópolis, que será encaminhada ao Parlamento do Mercosul e aos governos dos países participantes do evento.

Do lançamento participaram o presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), o vice-presidente da UPM e presidente do Bloco Brasileiro da entidade, deputado Elizeu Mattos (PMDB), o representante da UPM junto à Confederação Parlamentar das Américas – COPA, deputado Jores Ponticelli (PP), e o membro do Conselho Fiscal da UPM e do Bloco Brasileiro, deputado Edison Andriano (PMDB).

Para o deputado Jorginho Mello, há muito tempo se fala em Mercosul e pouco se tem concretizado. “Tenho certeza que um encontro político com lideranças expressivas como esse terá resultados positivos. E o palco é Santa Catarina, que tem se mostrado pioneira e dado bom exemplo de atitude e coragem em assuntos pontuais”, comenta. O presidente acrescenta que o Poder Legislativo tem orgulho

de estar realizando o encontro. “A Assembleia tem o papel de apoiar e realizar eventos que busquem solucionar problemas que afligem a sociedade nos mais diversos segmentos.”

Cordilheira

O deputado Elizeu Mattos lembra que várias reuniões vêm sendo feitas pela UPM para tratar de temas comuns que impedem a integração. Um exemplo são as dificuldades enfrentadas pelos milhares de caminhoneiros que tentam atravessar o túnel da Cordilheira dos Andes no inverno. “Além da falta de infraestrutura da atual aduana argentina na Cordilheira, também existem problemas como a falta de regras de trânsito claras e a legislação virou verdadeira propinagem”, afirma.

Ele lembra que as entidades de transportes de cargas tentaram solucionar os problemas de todas as maneiras possíveis. Não obtendo resultados, procuraram a UPM, através da Assembleia Legislativa.

Ponticelli, por sua vez, acredita que é importante que o Brasil veja como a UPM está consolidada nos outros países. “Esse encontro nos dá a oportunidade de mostrar que não só Santa Catarina, mas o Brasil também está se organizando”, ressalta.

Para o deputado Edison Andriano, “além das questões institucionais, no estado temos a proximidade geográfica e cultural com os outros países do Mercosul”.



Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira
Presidente do Bloco Brasileiro da UPM, Elizeu Mattos, presidente Jorginho Mello e deputados Ponticelli e Andriano

Na busca de solução para motoristas brasileiros

Entre os objetivos do Encontro da Integração Sul-Americana na Saúde, nas Questões Aduaneiras e na Legislação de Trânsito, está a busca por soluções para inúmeros problemas, como os vivenciados por motoristas brasileiros. No inverno, ao encontrarem fechado o túnel que liga a Argentina ao Chile pela Cordilheira dos Andes, os motoristas são submetidos a lugares sem infraestrutura ou

atendimento médico.

Cerca de 1.500 caminhões passam por dia pelo túnel. Em decorrência das nevascas, acabam encontrando a passagem fechada e são obrigados a esperar em Punta das Vacas, aduana argentina no alto da Cordilheira que não possui infraestrutura ou serviço médico que atenda essa gente, levando muitos motoristas que adoecem à morte.

Em decorrência dessas di-

ficultades, 27 caminhoneiros brasileiros morreram no inverno passado. Além da integração de atendimento médico hospitalar e normas aduaneiras entre os países da UPM, também entrarão em discussão o transporte rodoviário de cargas e a legislação de trânsito para veículos de passeio, debatidos em painéis presididos por autoridades do Mercosul. O evento tem o apoio da Unimed/Mercosul e da NTC & Logística.

As inscrições estão abertas até o dia 30 de abril, exclusivamente através do site www.alesc.sc.gov.br

Lançado Sustentar 2009 sobre energias renováveis



Deputados Décio Góes, Silvio Dreveck e Pedro Ucazi na coletiva

O Sustentar 2009 - II Fórum sobre Energias Renováveis e Consumo Responsável, programado para dias 27, 28 e 29 de maio, no auditório Antonieta de Barros, foi também lançado no dia 15. Em entrevista coletiva conduzida pelo proponente do evento, deputado Pedro Ucazi (PT), foram anunciadas novidades para o evento realizado pelo segundo ano consecutivo. Entre elas, a criação de um blog – www.sustentar2009.blogspot.com – destinado à divulgação de artigos referentes a estes assuntos e estimular o aumento no número de inscrições, que passaram de 800 para mil vagas.

O fórum é uma promoção das comissões de Turismo e

Meio Ambiente e de Economia, Ciências e Tecnologia, da Assembleia Legislativa - presididas pelos deputados Décio Góes (PT) e Silvio Dreveck (PP), respectivamente - da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Via Campesina e outras instituições, como a Fetraf-Sul. Tem como meta principal reunir especialistas de diversas áreas relacionadas à sustentabilidade e ajudar a população a compreender a relação entre energia renovável, produção de alimento e o futuro do planeta, além de divulgar novas tecnologias voltadas para a sustentabilidade.

As inscrições para o Sustentar 2009 já foram abertas e podem ser feitas através do site

www.alesc.sc.gov.br/escola, gratuitamente. Devido ao grande número de interessados os auditórios do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas estarão à disposição do fórum, para sediar debates simultâneos.

Conforme Ucazi, este é o único debate do gênero no país. “Não queremos que cana, girassol ou biodiesel tomem conta do nosso país, como aconteceu em Dubai, onde só existe petróleo. Queremos, ao mesmo tempo, produzir alimentos”, justificou.

A importância do debate foi destacada por Góes, que pretende ver novas políticas para o consumo e a forma de produzir energia. (Denise Arruda Bortolon)